

**REVISITANDO AS BASES FILOSÓFICAS DO PENSAMENTO FEMINISTA
DECOLONIAL: O FEMINISMO DECOLONIAL DE MARÍA LUGONES**

**REVISITANDO LOS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DEL PENSAMIENTO
FEMINISTA DECOLONIAL: EL FEMINISMO DECOLONIAL DE MARÍA
LUGONES**

Recebido em: 20/2/2024

Aceito em: 30/04/2025

Publicado em: 04/06/2025

Maria Emília Miranda Alvares¹ 
Universidade Federal do Maranhão

Angela Barbara Lima Saldanha Rego² 
Instituto Federal do Maranhão

Ana Caroline Amorim Oliveira³ 
Universidade Federal do Maranhão

Resumo: Este é um texto teórico-afetivo em homenagem à vida e à obra da argentina María Lugones, autora de importância seminal para o pensamento ou perspectiva decolonial, falecida em julho de 2020. Objetiva-se através dele apresentar as bases filosófico-epistemológicas da autora, a partir de uma imersão em sua experiência como mulher de cor, lésbica, peregrina, filósofa feminista decolonial, teórica crítica, professora universitária chicana na academia estadunidense, pedagoga popular e cantora, além de excelente anfitriã, segundo seus amigos e familiares. Percorre-se sua trajetória na academia e na educação popular, dando ênfase ao seu profícuo pensamento filosófico, do qual verteram categorias como viajar-mundos, peregrinação, sistema moderno-colonial de gênero, colonialidade de gênero, locus fraturado, entre muitas outras. Longe de pretender esgotar a vasta obra da autora, este trabalho utilizou como metodologia a revisão crítica de literatura, com destaque para seus dois textos ‘Colonialidade e gênero’ (2008) e ‘Rumo a um feminismo descolonial’ (2014). A partir do seu pensamento de fusão, há maneiras de entender filosoficamente as diferenças entre os seres humanos e entre os seres humanos e seus *habitats*, de modo a compreender a partir de qual cosmovisão compreendem o mundo, seja local ou globalmente. Ou seja, para além da contribuição de Lugones ao pensamento filosófico feminista, a partir de suas conclusões em relação à interseccionalidade e seu profundo enraizamento na colonialidade do poder, do saber e do ser, está o seu compromisso com a compreensão das experiências das mulheres em contextos culturais diversos e sob a influência daquelas colonialidades. Com a escrita deste trabalho, pretende-se, além de sistematizar as principais ideias de María Lugones, homenagear a sua memória, concitando aqueles que simpatizam com sua escrita de amor a jamais esquecê-la.

Palavras-chave: María Lugones; Feminismo Decolonial; Sistema Moderno-Colonial de Gênero; Colonialidade de Gênero; Mulheres de Cor.

Abstract: This is a theoretical-affective text in homage to the life and work of the Argentine thinker María Lugones, a seminal figure in decolonial thought, who passed away in July 2020. The aim is to present the philosophical and epistemological foundations of her work, through an immersion in her experience as a woman of color, lesbian, wanderer, decolonial feminist philosopher, critical theorist, Chicana university professor in the U.S. academy, popular educator, and singer, as well as an excellent host, according to friends and family. Her path

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade- PGCULT. E-mail: emiliaalvares@gmail.com. Universidade Federal do Maranhão.

² Mestre do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade- PGCULT. E-mail: angela.saldanha@ifma.edu.br. Instituto Federal do Maranhão.

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade- PGCULT. E-mail: oliveira.ana@ufma.br. Universidade Federal do Maranhão.

through academia and popular education is explored, with emphasis on her prolific philosophical thought, from which emerged key categories such as world-traveling, pilgrimage, modern/colonial gender system, gender coloniality, fractured locus, among many others. Far from attempting to exhaust the author's vast body of work, this paper adopts a critical literature review methodology, highlighting her two texts "Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System" (2008) and "Toward a Decolonial Feminism" (2014). From her thought of fusion, there are philosophical ways to understand differences between human beings and between humans and their habitats, thus grasping from which worldview they understand the world, whether locally or globally. In other words, beyond Lugones' contribution to feminist philosophical thought—especially her conclusions regarding intersectionality and its deep roots in the coloniality of power, knowledge, and being—lies her commitment to understanding the experiences of women in diverse cultural contexts and under the influence of those colonialities. With this paper, the intention is not only to systematize María Lugones' main ideas but also to honor her memory, urging those who resonate with her loving writing to never forget her.

Keywords: María Lugones; decolonial feminism; modern/colonial gender system; gender coloniality; women of color.

Maria Cristina Lugones foi uma pessoa que caminhou entre mundos, sendo genuína em cada passo. Seu ser animal eram os corvos e amou todos os pássaros, árvores e flores. Adorou suas amautas mestiças, a gatinha Zohar e a cadela Wawa. Hoje lhe damos um adeus coletivo, um até sempre, à passarinha cantora, peregrina, irmã, companheira fiel, mestra, filósofa, camarada, sapatão condutora e conduzida nesse dançar suburbano que foi e continuará sendo seu tango.
Seus amigos e familiares

Do ponto de vista civilizatório, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas.
María Lugones

PRIMEIRAS LINHAS: OS PROLEGÔMENOS DO PENSAMENTO FILOSÓFICO FEMINISTA DECOLONIAL

O pensamento filosófico ocidental tem gênero, raça e origem historicamente assentados na figura do homem cisgênero europeu branco. Somente muito recentemente o sólido monólito onde se assentam os cânones da Filosofia vem sofrendo fissuras, sobretudo pelas mãos de pesquisadoras interessadas em compreender o apagamento do pensamento filosófico feminino ao longo da história. Não raro, acadêmicos de Filosofia citam Hannah Arendt (1906 – 1975) e Simone de Beauvoir (1908 – 1986) como únicas presenças femininas nas grades curriculares das faculdades brasileiras. Pensadoras como Safo de Lesbos (? – 570 a.C), Diotima de Mantinea (440 a.C – ?), Aspásia de Mileto (470 a.C – antes de 399 a.C), Hipátia de Alexandria (? – 415 d.C), Héloïse d'Argenteuil (1101 – 1164), Cristina de Pisano (1364 – 1431), Olympe de Gouges (1748 – 1793), Mary Wollstonecraft (1759 – 1797), entre outras, antes completamente desconhecidas ou estudadas como personagens secundárias, vêm sendo, não sem resistência do *status quo* masculinista, paulatinamente incorporadas ao cânone, em especial, dos programas

de pós-graduação em Filosofia, através de um esforço coletivo de diversas estudiosas, a exemplo das que compõem a Rede Brasileira de Mulheres Filósofas⁴.

Igualmente recente, o pensamento filosófico feminista decolonial nasce fruto da conjugação trans e interdisciplinar de ideias de cientistas que buscam pensar as consequências do colonialismo a partir do Sul global, com foco na intersecção de raça, classe e gênero, de modo que, para além de filósofas, valem-se do pensamento decolonial sociólogas, semióticas, antropólogas, pesquisadoras dos estudos literários, entre outras. No entanto, importa frisar, o pensamento ou perspectiva decolonial, resultado da estruturação do Grupo Modernidade/Colonialidade a partir da década de 1990, nasce marcado primordialmente pelas produções masculinas de Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter D. Mignolo, Enrique Dussel e Fernando Coronil. Somente em 1999, durante um simpósio internacional organizado por Santiago Castro-Gómez e Oscar Guardiola na Pontificia Universidad Javeriana da Colômbia, são mencionadas as presenças da semiótica argentina Zulma Palermo e da professora estadunidense de mídia e estudos culturais da Universidade da Califórnia, Freya Schiwy. Em seguida, nos anos 2000, o grupo passou a dialogar com a professora, socióloga e pedagoga estadunidense Catherine Walsh, responsável pela utilização da expressão ‘decolonização’ – com ou sem hífen – e não ‘descolonização’, como denominada inicialmente por Mignolo (2008, 2010), marcando assim “a distinção entre o projeto decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade e a ideia histórica de descolonização, via libertação nacional durante a Guerra Fria” (Ballestrin, 2013, p. 108).

A filósofa argentina María Lugones (1944 – 2020) passou a frequentar o grupo em 2006, durante um dos encontros na Venezuela, tornando-se a responsável pela introdução da categoria gênero nos estudos decoloniais. Lugones especializou-se nos estudos que interseccionam raça e gênero, compreendendo este último como resultado da dicotomia fundadora colonial: a classificação entre o humano – o colonizador – e os não humanos – primeiramente, os nativos indígenas e, mais tarde, os africanos escravizados (Hollanda, 2020). A partir da publicação, em 2008, do texto ‘Colonialidade e Gênero’, Lugones contribuiu para o aprimoramento dos fundamentos do pensamento decolonial, tensionando os conceitos de colonialidade do poder, de Aníbal Quijano (2000), da colonialidade do ser, de Walter D. Mignolo (2007) e do saber (Lander, 2005).

⁴ Para mais informações sobre o coletivo podem ser obtidas em <https://www.filosofas.org/>.

Explorando tais tensionamentos e valendo-se de revisão bibliográfica e documental, o presente ensaio visa sistematizar as principais contribuições de María Lugones para os estudos feministas decoloniais, com enfoque para os conceitos de sistema colonial-moderno de gênero, colonialidade de gênero, colonialidade e interseccionalidade e de Teoria da Fronteira, assim o fazendo a partir de uma costura das experiências vividas pela autora como uma mulher lésbica migrante do Sul para o Norte global, influência importante para a sua consequente opção colonial ou, em outras palavras, seu ‘giro decolonial’ – mudança de perspectiva epistêmica, teórica e política como forma de atuar e intervir no mundo.

Por fim, este artigo divide-se em quatro tomos: o primeiro, em que se apontam os principais acontecimentos da vida de Lugones, dando ênfase aos seus primeiros escritos; o segundo e o terceiro, onde se abordam, respectivamente, seus textos ‘Colonialidade e Gênero’(2008) e ‘Por um feminismo descolonial’(2014), de importância basilar para o pensamento feminista decolonial, e, por fim, o quarto tomo, no qual se transcrevem suas reflexões quando de sua última participação em um evento acadêmico brasileiro *online*, em meio ao conturbado momento da pandemia da Covid-19.

MARÍA LUGONES: A FILÓSOFA PEREGRINA

Ainda que fortemente inspirado pelos estudos pós-coloniais, prolíferos nas academias inglesa e estadunidense, o pensamento (ou perspectiva) decolonial visa refletir, a partir da periferia do sistema globo ou Sul global, as consequências do colonialismo como elementos estruturantes das relações socioculturais nos Estados-nação formados em decorrência do processo paulatino de descolonização. Embora preponderantemente fruto de produção de intelectuais que atuam ou atuaram como docentes no Norte global, busca, através de um esforço transdisciplinar, romper os muros da academia, no intuito de promover uma maior aproximação entre sujeitos pesquisadores e pesquisados, cientes de que o violento empreendimento colonial, para além de subsidiar o projeto de modernidade europeu e, via de consequência, o aparente avanço sociocultural das metrópoles, serviu e ainda serve para estabelecer relações de exploração de mão-de-obra através da acumulação primitiva de capital – colonialidade do poder (Quijano, 2000); da subjugação e objetificação de pessoas através da invenção da raça – colonialidade do ser (Mignolo, 2007); e do apagamento de suas histórias, saberes e culturas – colonialidade do saber (Lander, 2005).

O conceito de interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989) para identificar a mulher negra como sujeito de, no mínimo, uma dupla opressão operada pelo

machismo e pelo racismo (Lugones, 2007). A partir da publicação do ensaio ‘Colonialidade e gênero’, Maria Lugones (2008) além de aprofundar o conceito de colonialidade do poder no que toca à intersecção de raça e gênero – pois, para ela, Quijano não foi explícito quanto ao ponto –, adicionou ao conceito de interseccionalidade camadas específicas relacionadas à colonialidade e à diversidade cultural, na tentativa de “fazer visível a instrumentalidade do sistema de gênero colonial/moderno em nossa subjugação – tanto dos homens como das mulheres de cor – em todos os âmbitos da vida (Lugones, 2020, p. 55), constituindo-se assim abordagem seminal no feminismo decolonial, cujas protagonistas são as mulheres de cor, categoria na qual a própria autora se enquadrava.

Ideia central tanto em sua vida como em sua produção teórica, o termo ‘mulheres de cor’, adotado por Lugones em seus ensaios, foi concebido nos Estados Unidos pelas próprias mulheres vítimas da dominação racial, como termo de coalizão no enfrentamento de múltiplas opressões, ou seja,

‘Mulheres de cor’ não propõe uma identidade que separa, e sim aponta para uma coalizão orgânica entre mulheres indígenas, mestiças, mulatas, negras, cheroquis, porto-riquenhas, siouxies, chicanas, mexicanas, pueblo – toda a trama complexa de vítimas da colonialidade do gênero, articulando-se não enquanto vítimas, mas como protagonistas de um feminismo decolonial (Lugones, 2007, p. 207).

Assim, de modo a melhor compreender a trajetória teórico-política da autora, faz-se necessário analisar sua trajetória de vida como migrante latina nos Estados Unidos, onde graduou-se com louvor na Universidade da Califórnia, em 1973, tendo sua carreira coroada com o recebimento póstumo do Prêmio Frantz Fanon, concedido pela Associação Filosófica do Caribe, em 2020, ano de seu prematuro falecimento, na cidade de Nova Iorque.

María Cristina Lugones nasceu em Buenos Aires, na Argentina, em 1944. Filha de uma família formada por sua mãe, de origem modesta, seu pai, primeiro reitor da Faculdade de Bioquímica da Universidade de Buenos Aires, dois irmãos e uma irmã. Durante sua adolescência, ao se compreender como lésbica, passou a ser vítima de violenta repressão por parte de seu pai, que a internou compulsoriamente em uma instituição psiquiátrica, forçando-a, por conseguinte, a migrar para os Estados Unidos, onde passou a compreender sua identidade de mulher lésbica de cor, circunstância que acaba por influenciar a inclusão da sexualidade como mais uma das categorias de análise interseccional no sistema moderno-colonial de gênero.

Imagem 1 – A jovem Lugones.



Fonte: <https://www.pagina12.com.ar/279981-la-filosofa-peregrina>, 2020.

Quando já estudante universitária nos Estados Unidos, retorna ao bairro da Recoleta, em Buenos Aires, para visitar sua família, ocasião em que porteiro do prédio aponta-lhe o elevador de serviços, episódio que a faz recordar o modo como era chamada quando criança: *La Negrita*. Até então, ainda não dispunha de repertório teórico suficiente para nomear os desconfortos vividos pelos atravessamentos de raça, classe e gênero que a perpassavam. Mais tarde, fortemente inspirada pelo pensamento de Audre Lorde, Lugones compreendeu, a partir das experiências de racismo e lesbofobia por ela vividas, que somente através de peregrinações, de movimentações como o ‘viajar-mundos’, torna-se possível a construção de laços outros, para além dos consanguíneos (ou apesar deles), por meio dos quais, a partir do compartilhamento de experiências de opressão, promove-se a resistência e a reexistência.

Assim, muito embora tenha obtido o título de Doutora em Filosofia pela Universidade de Winsconsin, Madison, em 1978, ainda baseada em uma filosofia hegemônica, ao estudar a moralidade nas relações pessoais e institucionais com foco no conceito aristotélico de amizade em a ‘Ética a Nicômaco’ (Bidaseca, 2020), Lugones logo percebeu que a sobrevivência das mulheres de cor em ambientes hostis, tais como a academia, só seria possível a partir da coalizão de diversos ‘mundos’, esses considerados como as experiências individuais e coletivas de sujeitas que se veem atingidas por múltiplas opressões, sendo crucial uma emancipação para

além da teoria (Lugones, 1998). Portanto, a despeito do avanço formal acadêmico, passou a frequentar grupos de tomada de consciência feminista, dedicando-se aos métodos de conscientização propostos por Paulo Freire e Myles Horton. Sua inserção nas comunidades latinas, chicanas, e *nuevomexicanas* por meio da educação popular, levou-a a fundar a Escola Popular Norteña, com sede em Valdés, Novo México, passando a se identificar como uma pedagoga popular (DiPietro *et al.*, 2020).

No final da década de 80, a autora desenvolveu, no ensaio *‘Playfulness, ‘world’-travelling, and loving perception’* – em tradução livre *‘Brincadeiras, viagens pelo mundo e percepção amorosa’* –, a teoria da perspectiva do mundo (*world-travelling*), que explora as maneiras pelas quais diferentes culturas e grupos sociais podem se identificar, se entender e se relacionar entre si: “pode-se viajar entre ‘mundos’ e pode-se habitar mais de um desses ‘mundos’ ao mesmo tempo” (Lugones, 1987, p. 10-11). Trata-se de um escrito sobre o amor intercultural e inter-racial, que enfatiza a necessidade de entender e afirmar a pluralidade dentro e entre as mulheres como central para a ontologia e epistemologia feministas. Assim, Lugones concluiu: “quando eu era criança, fui ensinada a perceber com arrogância. Eu também fui objeto de percepção arrogante. Embora eu não seja uma mulher branca anglo-saxã” (Lugones, 1987, p. 4). Percebe-se, pois, que a autora já se incomodava tanto com sua socialização a partir de um lugar social relativamente privilegiado, sofrendo, ao mesmo tempo, os influxos do rechaço à sua forma de existir enquanto mulher lésbica na periferia do mundo. Desse modo, para ela, o amor não é visto como fusão e apagamento da diferença, mas como pluralidade, de modo que a unidade, que não deve ser confundida com a solidariedade, é entendida como conceitualmente ligada à dominação, ou seja,

(...) conhecer o “mundo” de outras mulheres faz parte de conhecê-las e conhecê-las faz parte de amá-las. Viajar para o “mundo” de outra pessoa não significa ter intimidade com ela. ‘A intimidade é constituída em parte por um conhecimento muito profundo do outro e viajar pelo ‘mundo’ é apenas parte de ter esse conhecimento’ (Bidaseca, 2020, n. p.).

Seguindo essa toada, seu pensamento filosófico evoluiu para que, em seu primeiro livro, *‘Pilgrimages/peregrinajes: theorizing coalition against multiple oppression’* – em tradução livre: *Peregrinagens: teorizando coalizão contra múltiplas opressões*, cujo título remete ao ensaio homônimo, de 2003, a autora torne a se debruçar sobre os aspectos interculturais em cotejo com a falsa dicotomia teoria e prática, herança do modo eurocêntrico de conhecer imposto aos sujeitos colonizados a partir da diminuição ou do apagamento de suas epistemes e

cosmologias (Grosfoguel, 2016, p. 27). Retomar memórias desses saberes, práticas e histórias invisibilizados é resistir não só a partir da teoria, mas também, e principalmente, a partir da arte e suas diversas manifestações, em busca da construção de culturas de resistência, uma vez que a colonização promove o “apagamento das práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos [...]” (Lugones, 2014, p. 938).

Na segunda metade da década de 1990, Lugones entrou em contato com textos produzidos no *Taller de Historia Oral Andina*, fundado em La Paz, na Bolívia, por Silvia Rivera Cusicanqui, ocasião em que conheceu a cultura e a língua aimará, a qual passou a aprender com a professora Filomena Miranda Casas. Na primeira década do milênio, viveu periodicamente em Jujuy, bem como em Cochabamba e La Paz, na Bolívia. Aprendeu com os aimará “a entrelaçar o pensamento ritualizado do barranco com as meditações do filósofo Rodolfo Kusch. María e Joshua Price, seu querido camarada e companheiro, traduziram para o inglês o livro de Kusch, *Indigenous and Popular Thought in America*” (DiPietro *et al.*, 2020, n.p.). Pode-se afirmar que as cosmologias andinas foram o início do seu giro decolonial.

Nesse passo, como docente junto ao Departamento de Literatura Comparada, no Programa de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Sexualidade da Universidade de Binghamton, conheceu o sociólogo peruano Aníbal Quijano, a quem impressionou com a sofisticação do seu pensamento interseccional, de modo que, entre o final da década de 1990 e a primeira metade dos anos 2000, María Lugones já frequentava regularmente o Grupo Modernidade/Colonialidade, ao lado de nomes como o próprio Quijano, Walter Mignolo, Arturo Escobar, Edgardo Lander, Nelson Maldonado-Torres, Zulma Palermo e Catherine Walsh (DiPietro *et al.*, 2020).

Seu projeto de vida estava enraizado no princípio ético de recusar-se a pensar que não praticaria: “combinou assim a teorização e a práxis das coligações de diferenças não dominantes, a práxis que faz teorizar e a teorização que faz caminhar. Considerou que as margens sociais são um espaço/tempo de poder liminar; isto é, sem definições estritas” (DiPietro, *et al.*, 2020, n. p.). Aqueles por ela denominados de ‘marginais’ estão testando texturas, buscando fendas, fraturas, através das quais germinariam até as mais fracas intenções de resistência social. “Para ela, a coalizão foi e é um espaço sempre em formação, de reumanização, (co)existência, interdependência, aprendizagem e compreensão das opressões e resistências vividas, e das interepistemologias, interculturalidades e intersubjetividades” (DiPietro *et al.*, 2020, n. p.).

Até sua morte em Nova Iorque, em 14 de julho de 2020, María Lugones foi uma incansável combatente das múltiplas opressões. Sua aguda consciência política, aliada a um profícuo repertório intelectual, permitiu-lhe transitar por e enriquecer diversos mundos inter-relacionados, refletindo o combate às múltiplas opressões, promovendo o incentivo à educação popular para a formação de coalizões – a exemplo da coalizão Mulheres de Cor –, e contribuindo de maneira fundamental com a perspectiva decolonial, através da implementação da colonialidade de gênero, e, por conseguinte, com o movimento feminista decolonial.

COLONIALIDADE E GÊNERO': DESVENDANDO O SISTEMA MODERNO/COLONIAL DE GÊNERO

A partir do ensaio 'Colonialidade e gênero' (2008), Lugones investiga a indiferença dos homens em relação às violências sistematicamente sofridas pelas mulheres de cor, cabendo gizar que a “autodenominação mulheres de cor não é equivalente aos termos raciais impostos pelo Estado racista, e sim proposta em grande tensão com eles” (Lugones, 2020, p. 59). Assim, a partir desse lugar de mulher chicana migrante, a autora se propôs a complexificar e a ampliar as conclusões às quais chegou Aníbal Quijano em seu ensaio ‘Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina’ (2005), que segundo ela, percebeu a intersecção de raça e gênero em termos estruturais amplos, pressupondo uma compreensão meramente patriarcal, heterossexual e biologizante das disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos.

Tanto o dimorfismo biológico e a heterossexualidade quanto o patriarcado são característicos do que chamo o lado iluminado/visível da organização colonial/moderna do gênero. O dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado estão inscritos – com letras maiúsculas e hegemonicamente – no próprio significado de gênero (Lugones, 2020, p. 59).

Aduziu, portanto, que, a partir do movimento colonial, há uma cisão fundamental entre quem é humano e quem não é, com base não só na ficção racial, mas também, na biologização/generificação dos corpos, frisando que “a raça não é nem mais mítica nem mais fictícia que o gênero – ambos são ficções poderosas” (Lugones, 2020, p. 73). Desse modo, partindo da ideia de que gênero é uma imposição moderno/colonial que torna visíveis apenas mulheres brancas, Lugones apontou a exclusão e mesmo a impossibilidade de se reconhecer a fêmea colonizada como mulher:

Isso significa que o termo ‘mulher’, em si, sem especificação dessa fusão, não tem sentido ou tem um sentido racista, já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante – as mulheres burguesas brancas heterossexuais – e, portanto, esconde a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica (Lugones, 2020, p. 59).

No que toca ao dimorfismo biológico, Lugones o reconhece como importante ao que chama de ‘o lado iluminado/visível’ do sistema de gênero moderno/colonial, pois, ao entrar em contato com a obra ‘Dilemas de definição’ (2002), de Julie Greenberg, a autora reflete acerca do apagamento ocidental da condição das pessoas intersexo, que não têm seus direitos reconhecidos pela legislação estadunidense, muito embora constituam de 1 a 4% da população do país.

Com frequência, indivíduos intersexuais são convertidos, cirúrgica e hormonalmente, em machos ou fêmeas. Esses fatores são levados em consideração em casos legais envolvendo o direito de mudar a designação sexual em documentos oficiais, a capacidade de fazer uma denúncia de discriminação sexual dentro do ambiente de trabalho ou no mercado de trabalho, e o direito ao casamento (Lugones, 2020, p. 59).

No mundo pré-intrusão, ao mencionar Paula Gunn Allen, “indivíduos intersexuais eram reconhecidos em muitas sociedades tribais anteriores à colonização sem serem assimilados à classificação sexual binária” (Lugones, 2020, p. 59). Nessa toada, de maneira muito perspicaz, Lugones sofisticada a conclusão canonicamente alcançada de que o gênero é socialmente construído (Beauvoir, 2009), e, também, espanca a ideia de que o sexo biológico seria um pressuposto fático essencialmente biológico, ou seja, “o que se entende por sexo biológico é socialmente construído” (Lugones, 2020, p. 59), pois “as correções substanciais e cosméticas sobre o biológico deixam claro que o ‘gênero’ vem antes dos traços ‘biológicos’ e os preenche de significado” (Lugones, 2020, p. 59).

Assim, para Lugones, a colonialidade não se refere apenas à classificação racial, como inicialmente sustentou Quijano. Trata-se de um “fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/ intersubjetividade, e atravessa também a produção do conhecimento (Lugones, 2008, p.78). Se, para Lugones, a intrusão dos europeus na América inaugurou o que ela veio a chamar de sistema de gênero colonial/moderno, para Rita Segato (2014), já havia entre os povos ameríndios o fenômeno por ela denominado de patriarcado de baixa intensidade, de maneira que, o gênero constitui no mundo-aldeia uma dualidade hierárquica, na qual homem

e mulher, apesar de diferentes, têm plenitude ontológica e política, de natureza dual, ao contrário do binarismo, característico da hierarquização moderna.

Com base no pensamento de Oyèrónké Oyewùmí (Lugones, 2020), que apontou a inexistência de gênero como princípio organizador social entre os iorubás até a intrusão colonial ocidental, Lugones então repete a descrição da sofisticada constituição da sociedade iorubá para apontar que “os prefixos *obin* e *okun* fazem referência a uma variação anatômica (...) É importante ressaltar que essas categorias não são entendidas como binariamente opostas” (Lugones, 2008, p. 65-66). Reforçando a ideia da dupla opressão que assolou aquelas anatomicamente fêmeas (anafêmeas) a partir da colonização, observa que:

Oyèwùmí entende o gênero, introduzido pelo Ocidente, como uma ferramenta de dominação que produz duas categorias sociais que se opõem de maneira binária e hierárquica. “Mulheres” (enquanto gênero) não é um termo definido pela biologia, ainda que seja designado a anafêmeas. A associação colonial entre anatomia e gênero é parte da oposição binária e hierárquica, central à dominação das anafêmeas introduzida pela colônia. As mulheres são definidas em relação aos homens, a norma. Mulheres são aquelas que não têm um pênis; não têm poder; não podem participar da arena pública. Nada disso pertencia às anafêmeas iorubás antes da colônia (Lugones, 2020, p. 66).

Divergências decoloniais à parte, é ponto comum o fato de que a colonização foi sustentáculo para a constituição do capitalismo eurocêntrico global, sensíveis até os dias atuais através dos fenômenos da colonialidade do poder, do saber e do ser, dentro da qual se insere a colonialidade de gênero como marca de sujeição tanto dos homens e das mulheres de cor, bem como daqueles que, de qualquer modo, rechacem esse binarismo.

Em síntese, o sistema moderno/colonial de gênero traduz-se em instrumento de poder que subalterniza as mulheres nas diversas relações, a exemplo do sexo, do trabalho, da autoridade coletiva e intersubjetiva (Lugones, 2008). A sexualidade, seus produtos e recursos têm como referência a cultura patriarcal e os padrões de comportamento direcionados pela heterossexualidade normativa, sobejamente eurocêntricos. Os padrões instituídos a partir da concepção de raça e de gênero são binários, dicotômicos e hierárquicos, de modo a se instalar, por conseguinte, a existência tanto de raças superiores e inferiores quanto de sexo/gênero superior e inferior. Essas hierarquias e dicotomias, escancaradas no lado obscuro da modernidade e maquiadas ou disfarçadas em seu lado iluminado, são legitimadas pelo Estado e suas instituições, que regram as relações, privilegiando os detentores do poder, de modo que “o nascimento da colonialidade e sua extensão, profunda e prolongada ao redor do planeta, estão estreitamente relacionadas com o colonialismo” (Lugones, 2008, p. 79).

RUMO A UM FEMINISMO DESCOLONIAL’: A COALIZÃO EM AÇÃO

Através do ensaio 'Rumo a um feminismo descolonial', primeiramente publicado no ano de 2010, Lugones rememora seu escrito de 2007, 'Heterossexualismo e o sistema moderno/colonial de gênero', para dizer que, ali, havia proposto não uma leitura gendrada ou racial nas relações entre colonizador e colonizado, e sim, uma leitura dessa relação em termos de gênero, raça e sexualidade. Retomando essa ideia, reivindica a proposição de uma interpretação da própria modernidade capitalista colonial, pois o “gênero atravessa questões sobre ecologia, economia, governo, relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos habituam a cuidar do mundo ou a destruí-lo” (Lugones, 2014, p. 935). Em síntese, o objetivo de ‘Rumo a um feminismo descolonial’ (2014) é fornecer aos intérpretes da colonialidade uma lente que lhes permita “ver o que está escondido de nossas compreensões sobre raça e gênero e sobre as relações de cada qual à heterossexualidade normativa” (Lugones, 2014, p. 935).

A partir da ideia de diferença colonial de Mignolo (2003), Lugones apresenta estratégias de resistência à colonialidade de gênero que residem nessa própria diferença. “Estou propondo um pensamento de fronteira feminista, onde a liminaridade da fronteira é um solo, um espaço, uma fronteira, para usar o termo de Gloria Anzaldúa” (Lugones, 2014, p. 947). Trazendo à baila a interpretação de Mignolo sobre a fronteira ocupada por Anzaldúa, aponta que ele ali visualiza um lócus fraturado, reconhecendo nesse lugar da diferença colonial a possibilidade de rejeição, resistência e resposta:

Ao pensar o ponto de partida desde a coalizão, porque o lócus fraturado é comum a todos/ as, é nas histórias de resistência na diferença colonial onde devemos residir, aprendendo umas sobre as outras. Compreende-se a colonialidade do gênero como exercícios de poder concretos, intrincadamente relacionados, alguns corpo a corpo, alguns legalistas, alguns dentro de uma sala onde as mulheres indígenas fêmeas-bestiais-não-civilizadas são obrigadas a tecer dia e noite, outros no confessionário. As diferenças na concretude e na complexidade do poder sempre circulando não são compreendidas como níveis de generalidade; a subjetividade corporificada e o institucional são igualmente concretos (Lugones, 2014, p. 948).

Firme no ideal de que o feminismo decolonial deve se pautar em práticas sensíveis às mulheres invisibilizadas pela colonialidade, a luta contra a violência de gênero materializou-se na construção das chamadas ‘Zonas Livres de Danos’, a partir de um projeto desenvolvido nas oficinas da *Escuela Popular Norteña* e, principalmente, nos encontros com mulheres negras de diversas comunidades. María também colaborou com a INCITE!, a coligação de pessoas de cor

– mulheres, pessoas não binárias e trans – contra a violência, cujos objetivos se assemelhavam aos propósitos das Zonas. A partir dessa coalizão, propôs o Workshop de Política para Mulheres de Cor em Binghamton, que contou com a participação de Shireen Roshanravan, Gabriela Veronelli e Jen-Feng Kuo, ocasião em que “propuseram a abolição do estado policial e o estabelecimento de uma justiça comunitária alternativa” (DiPietro *et al.*, 2020, n.p.), nos moldes do movimento *Black Lives Matter*⁵, que também busca desmantelar o aparato policial violento, racista e sexista.

Através do contato com a já mencionada professora de aimará Filomena Miranda Casas, Lugones reconheceu os traços de uma organização comunitária para combater a desvalorização das mulheres do altiplano boliviano. María também serviu de inspiração à criação do Centro de Filosofia, Interpretação e Cultura – CPIC, um grupo intelectual e político da Universidade de Binghamton, de importância geopolítica marcante contra a corrupção interna das lógicas eurocêntricas do ensino universitário estadunidense. O CPIC fez do comunal a espinha dorsal do pensamento e da ação:

A comunalidade como intenção, proximidade incorporada e percepção alterada é uma alternativa à política dominante do conhecimento. María, como mentora e amiga, ofereceu a sua casa para reuniões, às quais o coletivo comparecia para concretizar visões políticas, partilhar o entusiasmo de aprender e encontrar a generosidade que a universidade lhes negava. “La Lugo”, como era chamada na CPIC, deu início a uma tessitura coletiva que abrigará seus membros como intelectuais, mas também como pessoas de amor e carinho (DiPietro *et al.*, 2020, n.p.).

Ou seja, para Lugones (2014), a pouca solidariedade entre homens e mulheres de cor é consequência direta da colonialidade de gênero, pois, sob o influxo do colonialismo, os nativos tiveram seus modos comunais de vida demonizados, considerados como abjetos e bestiais. Não se tratavam de homens e mulheres, e sim, de machos e fêmeas. Durante o chamado processo civilizatório, machos e fêmeas foram paulatina e forçosamente convertidos em homens e mulheres, cabendo ao homem a chefia da família, modelo esse completamente deturpado quando comparado às relações comunais travadas pelos nativos no mundo pré-intrusão.

Assim, reparar o tecido social esgarçado pela colonialidade de gênero é papel dos feminismos decoloniais, combatendo, a partir da diferença colonial, do lócus fraturado, as

⁵ O movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam) originou-se em 2013, a partir de protestos protagonizados pela comunidade negra estadunidense contra a violência policial, a discriminação e a desigualdade racial no sistema de justiça dos Estados Unidos. Disponível em: <https://blacklivesmatter.com/about/>. Acesso em: 09 fev. 2025.

mazelas decorrentes do apagamento das cosmovisões, cosmologias, bem-viveres dos mundos pré-intrusão, reconhecendo-se também a necessidade de incluir os homens de cor nesse processo, não como potenciais inimigos, como assim o faz o feminismo branco em relação tanto aos homens brancos quanto aos homens de cor.

RECUSO-ME A PENSAR QUE NÃO PRATICAREI’: O LEGADO DE LUGONES

A filósofa feminista, teórica crítica, professora universitária argentina, pedagoga popular e cantora María Lugones contribuiu significativamente para os campos da filosofia feminista, da teoria crítica, dos estudos culturais e do pensamento decolonial. Chamada de *La Negra* por sua família desde criança, logo percebeu a necessidade de se envolver na luta em prol do movimento negro, ao qual esteve irmanada desde os anos 1960. Inspirada por pensadoras chicanas e afro-americanas como Gloria Anzaldúa, Ochy Curiel, Silvia Rivera Cusicanqui e Audre Lorde, Lugones fundou as bases do feminismo decolonial, sugerindo que, apenas a partir da coalizão das mulheres de cor, à vista de sua exclusão como sujeitas do feminismo branco hegemônico, poderiam buscar resistir e reexistir frente às múltiplas opressões do sistema moderno/colonial de gênero.

Em 6 de junho de 2020, durante aquela que seria sua última aparição para o público brasileiro, Lugones, ao refletir sobre a pandemia do Coronavírus, afirmou que “os cientistas estão começando a descobrir que, neste mundo, tudo está relacionado com tudo (...) Se morrem os morcegos, há influência por todos os lados; se morrem as rãs, o mesmo (Semana 11..., 2020, n.p.). Em meio ao isolamento social que escancarava ao mundo as faces mais cruéis das múltiplas opressões sofridas pelos mais vulneráveis, Lugones apontou para a perigosa acomodação à colonialidade, à normalização de fenômenos como o racismo e o sexismo. Seria preciso, pois, incomodar-se com a colonialidade, com as desigualdades e com a desumanidade. As questões que se impõem aos sujeitos que pensam decolonialmente seriam “até quanto estamos implicados? Como queremos o mundo? Como queremos as relações?” (Semana 11..., 2020, n.p.).

Quando perguntada sobre uma definição do feminismo decolonial, a autora refoge à ideia de um conceito fechado, pois, segundo ela, há várias maneiras de pensar a decolonialidade, sobretudo através dos diversos grupos que sofrem a seu modo os influxos da colonialidade.

Como filósofa e mulher de cor, nos Estados Unidos, sentiu na pele a experiência racial no Norte global desde a década de 60 do século passado, numa época em que não havia uma sistematização dessa vivência. Após conhecer a colonialidade do poder de Aníbal Quijano, que

pensou a raça de uma maneira histórica, compreendeu que poderia contribuir com esse conceito. Entendeu, assim, que o primeiro passo é reconhecer a colonialidade. Em seguida, como está organizada, como se vive essa colonialidade, compreendendo que “pensar a colonialidade é pensar no passado a partir do e em prol do presente.

Assim, como decorrência do colonialismo, as pessoas que foram racializadas seguiram com uma consciência de si significativamente resistente, pois foram animalizadas e, por isso, tratadas como se não tivessem gênero. A diferença sexual das pessoas de cor interessava aos donos do poder apenas no aspecto do aumento do seu patrimônio: uma fêmea, escravizada, na plantação significava que poderia enriquecer em dobro. A partir do seu pensamento de fusão, afirmou que há maneiras de entender filosoficamente as diferenças entre os seres humanos e entre os seres humanos e seus *habitats*, de modo a compreender a partir de qual cosmovisão compreendem o mundo, seja local ou globalmente. A inter-relação, interconexão, inseparabilidade das coisas, precisa ser percebida. Seria esse o desafio do filósofo decolonial, pois o que a racionalidade, o liberalismo moderno e o neoliberalismo fazem é separar tudo em categorias. A modernidade capitalista é, portanto, fundamentalmente categorial.

O mais importante, para Lugones, é que o feminismo decolonial não se preocupa apenas com problemas das mulheres. Preocupa-se com os problemas do mundo, com o que se vai comer, como se vai produzir essa comida, onde se vai viver, que tipo de ar se vai respirar, pois, as mulheres de cores ainda se encontram em condições coloniais, na redução de sua humanidade. No feminismo branco, “as mulheres brancas criaram um mito. O mito de que existem coisas só de mulheres” (Semana 11..., 2020, n.p.).

María observa que, “nos Estados Unidos, a academia é um lugar perigoso para as pessoas de cor. É um lugar hostil. Os estudantes de cor que vêm às aulas são sempre os primeiros de suas famílias que estão obtendo um título acadêmico” (Semana 11..., 2020, n.p.). No entanto, ali percebem que não são bem-vindos, que não convêm. Lugones afirma que as coisas da gente de cor não são abordadas na academia, são marginais. Seus escritos não são valorizados a partir da academia, mas a partir de fora. Conclui dizendo que a universidade estadunidense vem se convertendo em um espaço cada vez mais corporativista e que as humanidades ali estão morrendo: “a academia, para mim, é um lugar que me permite contribuir com a educação popular (...) como tenho esse posto, sou eu quem financia o movimento” (Semana 11..., 2020, n.p.).

Como homenagem póstuma, alguns de seus alunos, colegas de grupos de pesquisa e familiares dedicaram à sua memória um texto cujos seguintes excertos, dada sua profunda beleza, merecem reprodução literal:

A família de María diz que, depois da sua morte, ela quis ser semente porque quem é semente germina nos outros. Ela soube ser germe de muitas transformações, algumas mais visíveis e outras mais pessoais. Ela tinha uma concepção de família muito peculiar porque não se importava tanto com laços de sangue, mas sim com laços, conversas e encontros. Era uma festa toda vez que conversava com amigos, irmãos, alunos ou colegas (...) O diálogo transformou-se num tecido de ideias, que mudou o mundo e o encheu de possibilidades. Para o seu eu criativo, tudo o que ele fazia carregava integridade e beleza. Se María convidasse alguém para comer, era um luxo: ouvi-la cantar ao piano, nas festas ou em casa, era uma honra. Desmontou os tangos, sentindo-os e interpretando-os com uma voz profunda e, ao mesmo tempo, extremamente doce. Conhecer María foi como aquelas visitas à sua casa, os detalhes atraíam a atenção a cada passo, enchendo a imaginação de cores, texturas e histórias. (DiPietro *et al.*, 2020, n.p.).

Em suma, para além da contribuição de Lugones ao pensamento filosófico feminista, a partir de suas conclusões em relação à interseccionalidade e seu profundo enraizamento na colonialidade do poder, do saber e do ser, está o seu compromisso com a compreensão das experiências das mulheres em contextos culturais diversos e sob a influência daquelas colonialidades. María destacou a necessidade de uma abordagem mais complexa e holística para entender as interseções de gênero, raça e outras formas de identidade em um contexto global, além de transformar de forma profundamente benfazeja a vida daqueles que atravessaram seus caminhos, seja na Argentina, nos Estados Unidos ou na Bolívia, através de uma efetiva práxis decolonial.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2013, n. 11, p. 89-117, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIDASECA, Karina. María Lugones. **Enciclopédia Mulheres na Filosofia**. Campinas, 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/maria-Lugones/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p. 139-167, 1989.

DIPIETRO, Pedro *et al.* **La filósofa peregrina**: Homenaje a la investigadora y lesbofeminista María Lugones. Nova Iorque, 2020. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/279981-la-filosofa-peregrina>. Acesso em: 31 jan. 2024.

GREENBERG, Julie. Definitional Dilemmas: Male or Female? Black or White? The Law's Failure to Recognize Intersexuals and Multiracials". In. LASTER, Toni. (ed.) *Gender Nonconformity, Race, and Sexuality. Charging The Connections*. Madison: University of Wisconsin Press, 2002.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25–49, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wYyDKvsZ7m3jrxRrFnhNzTJ>. Acesso em: 4 jun. 2024.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar: 2020.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LUGONES, María. Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition against Multiple Oppressions. **Lanham: Rowman & Littlefield Publishers**, v. 17, n. 2, p. 233–235, 2005. Disponível em: <https://archive.org/details/pilgrimagespereg0000lugo/page/n9/mode/2up>. Acesso em: 09 fev. 2025.

LUGONES, María. Playfulness, world-travelling, and loving perception. **Hypatia**, v. 2, n. 2, p. 3-19, 1987. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3810013>. Acesso em: 04 fev. 2024.

LUGONES, María. Motion, stasis, and resistance to interlocked oppressions. In. AIKEN, Susan Hardy et al. (Org.). **Making worlds**: gender, metaphor, materiality. Tucson: The University of Arizona Press, 1998. p. 49-53.

LUGONES, María. Heterosexuality and the colonial/modern gender system. **Hypatia**, v. 22, n. 1, p. 186–209, 2007.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jun.-dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 fev. 2024.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 05 fev. 2024.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar: 2020.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais/Projetos Globais**. Belo Horizonte: UFMG. 2003.

MIGNOLO, Walter D. Delinking. **Cultural Studies**, [online], v. 21, n. 2, p. 449-514, abr. 2007. Disponível em: http://waltermignolo.com/wp-content/uploads/2013/03/WMignolo_Delinking.pdf. Acesso em: 29 jan. 2024.

MIGNOLO, Walter. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso. **Tabula Rasa**, n. 8, p. 243-282, 2008.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

SEGATO, Rita. El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 593-616, maio-ago., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36550>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SEMANA 11: **Colonialidade e gênero – Debate**. Com participação de Maria Lugones (Binghamton - USA) e Ângela Figueiredo (UFRB). Youtube, 2020. Transmitido pelo Canal História em Quarentena (92 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h54Mlndy0Ws&t=4353s>. Acesso em: 05 fev. 2024.